



Música e palestra abrem mês de homenagem ao servidor

O maestro João Carlos Martins dá início à série de ações pelo Dia do Servidor, 28 de outubro, com

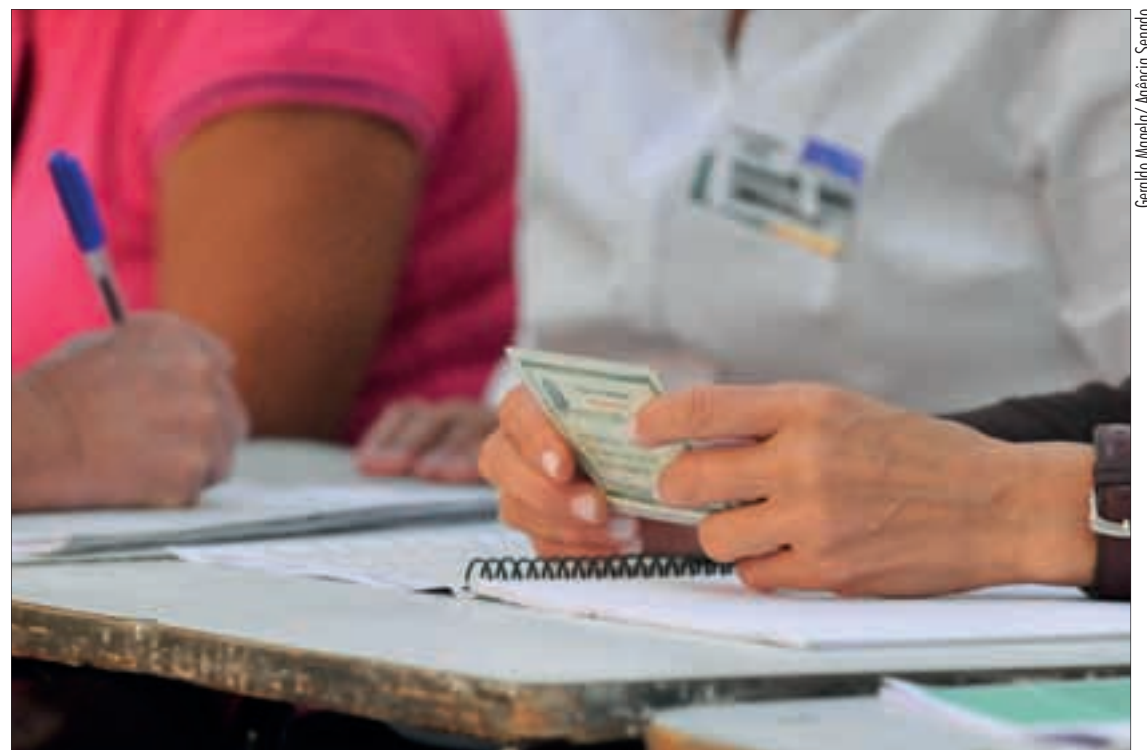
palestra seguida de apresentação de quinteto. Programação de amanhã tem duas atrações musicais. **2**



Grupo Tambores de Resposta, integrado por crianças, se apresenta amanhã

Senado estuda nova regra para eleição de vereador

Projeto de lei, que já recebeu parecer pela aprovação, estabelece que municípios grandes serão divididos em distritos e que cada um deles elegerá um representante



Gerardo Magela/Agência Senado

Mesário confere documento de eleitor: projeto troca o voto proporcional pelo voto distrital na escolha de vereadores

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei que estabelece o voto distrital na escolha dos vereadores dos municípios com mais de 200 mil habitantes. Pela proposta, redigida

pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, as cidades serão divididas em distritos, no mesmo número de vagas da respectiva câmara municipal, e cada um deles elegerá um vereador. O relator na CCJ, Pedro Taques, pede a aprovação. **3**

Aplicação imediata das cotas é elogiada por Paim **4**

Ferraz pede explicações sobre quedas de energia **2**



Teixeira, vice-presidente da CPI mista, Vital, presidente, e Cunha, relator

Com depoimento de deputado, CPI do Cachoeira retoma trabalho

A CPI que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira ouvirá amanhã o deputado Carlos Alberto Leréia, suspeito de ter ligações com o contraventor. Em setembro, a CPI não se reuniu. **3**



Mês do Servidor

Foto: Fernando Muro — Sesi/SP / Arte: Sesi / Supres

Ciclo de Palestras
GESTÃO DE PESSOAS NO LEGISLATIVO

SUPERANDO OBSTÁCULOS: A MÚSICA VENCEU
com o maestro João Carlos Martins

8 de outubro, às 16h | Auditório Petrônio Portella





Uma das atrações dos eventos pelo Dia do Servidor, grupo Tambores de Resposta participa do Perc Brasil, em Brasília

Homenagem a servidor tem início com palestra e música

Maestro João Carlos Martins fala sobre seu exemplo de superação e rege quinteto de Brasília. Programação da semana também inclui Tambores de Resposta e Música para Crianças

O SENADO PROMOVE hoje a palestra *Superando Obstáculos: a música venceu*, com o pianista e maestro João Carlos Martins. O evento, que inaugura uma série de ações em homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro, será realizado no Auditório Petrônio Portella, a partir das 16h. A entrada é

franca e não tem restrição de idade.

Fundador da Bachiana Filarmônica Sesi-SP e conhecido como um dos melhores intérpretes da obra de Johann Sebastian Bach, Martins falará sobre sua experiência e sobre como a paixão pela música é capaz de ajudar as pessoas a superar as dificuldades. Em seguida, acompanhado

por um quinteto de Brasília, apresentará peças de Bach e Tom Jobim.

Música para Crianças

Também no Petrônio Portella, amanhã, haverá apresentações do grupo Tambores de Resposta e do Projeto Música para Crianças, da Universidade de Brasília (UnB).

Criado há dois anos, o Tambores de Resposta, desenvolvido pelo Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares (Iecap), é formado por 400 crianças e adolescentes que aprendem a fazer os próprios instrumentos musicais e a tocar os diferentes estilos de música brasileira, como o maracatu.

O Música para Crianças é desenvolvido há dez anos pela Universidade de Brasília e atende aproximadamente mil alunos, desde os primeiros meses de vida até os dez anos de idade. Por meio da iniciativa, as crianças e os familiares integram atividades lúdicas e pedagógicas, que possibilitam o desenvolvimento imaginativo, artístico e social dos participantes.

Exposição sobre direitos das crianças será aberta na quarta

As comemorações pelo Dia do Servidor continuam na quarta-feira com a abertura da exposição *Era uma Vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*, na Senado Galeria. A mostra narra a evolução do direito da infância no Brasil.

Serão distribuídos álbuns de figurinhas com o tema, exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente em quadrinhos — de autoria do cartunista Mauricio de Souza —, e pipas personalizadas com os dizeres “Meu direito de brincar”.

Além dos eventos abertos, serão realizadas atividades voltadas especificamente para o público interno, como um café da manhã para os novos servidores e homenagens aos antigos, previstas para o dia 15.

Durante o mês, haverá palestras sobre administração, acessibilidade, saúde e bem-estar, além de torneio esportivo. As comemorações se encerram no dia 31, com apresentação do Coral do Senado, ocasião em que será lançada a campanha de Natal.

Ferraço quer explicações do governo sobre blecautes

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu na sexta-feira, em entrevista à Rádio Senado, a convocação de autoridades da área de energia elétrica, em razão dos apagões



autoridades do Poder Executivo para que possamos conhecer o exato teor dessas fragilidades do setor elétrico — afirmou.

O senador se refere à MP 579/12, que prorrogou concessões e deve reduzir a tarifa de energia.

Jorge Viana (PT-AC) disse que os blecautes não podem tirar o foco da discussão da MP.

— Não podemos misturar as coisas. Uma coisa são acidentes, que acontecem. Outra coisa é discutirmos o setor elétrico, a estratégia — disse. O senador enfatizou que a presidente Dilma Rousseff está propondo, com a MP, a redução da tarifa de energia, e que cabe ao Congresso fiscalizar a previsão de investimentos para o setor.

prorrogou concessões e deve reduzir a tarifa de energia.

Jorge Viana (PT-AC) disse que os blecautes não podem tirar o foco da discussão da MP.

— Não podemos misturar as coisas. Uma coisa são acidentes, que acontecem. Outra coisa é discutirmos o setor elétrico, a estratégia — disse.

O senador enfatizou que a presidente Dilma Rousseff está propondo, com a MP, a redução da tarifa de energia, e que cabe ao Congresso fiscalizar a previsão de investimentos para o setor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO: Dia do Administrador**
10h Sessão especial de homenagem ao Dia do Administrador. Às 14h, sessão não deliberativa.
- TERÇA**
 - SUBCOMISSÃO: Aviação Civil**
14h A Subcomissão da Aviação Civil debate ações do governo. Convidados o representante do Ministério do Desenvolvimento, Rodrigo Augusto Barbosa, e o professor de Direito Aeronáutico Georges Ferreira.
 - CPI: Depoimento de deputado**
15h A comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com políticos e empresas ouve o deputado Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO), acusado pela PF de ter ligação com o contraventor.
- QUARTA**
 - COMISSÃO MISTA/MP: Pasep**
9h30 Reunião sobre a MP 574/12, que autoriza a negociação de dívidas de estados e municípios com o Pasep.
 - CPI: Requerimentos**
10h15 A CPI do Cachoeira reúne-se para analisar requerimentos apresentados por parlamentares.
 - EXPOSIÇÃO: Direitos das crianças**
15h Abertura da exposição *Era uma vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*, na Senado Galeria.
- QUINTA**
 - PLENÁRIO: Pronunciamentos**
14h Sessão não deliberativa.
- SEXTA**
 - FERIADO**

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

CPI do Cachoeira retoma investigação e interroga deputado

Com as reuniões suspensas em setembro, a CPI do Cachoeira retoma os trabalhos nesta semana, com o depoimento do deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) e a votação de requerimentos de convocações e quebras de sigilo de empresas supostamente ligadas à organização criminosa que Carlinhos Cachoeira é acusado de comandar.

O depoimento de Leréia está marcado para amanhã. As investigações da Polícia Federal apontaram ligação do deputado com a organização de Cachoeira — o deputado teria recebido dinheiro do grupo, usado um cartão de Cachoeira para fazer compras e alertado o contraventor sobre uma operação policial.

Em entrevistas, o deputado se disse amigo de Cachoeira. Entretanto, negou ter ligação com a exploração de jogos ilegais. Convocado pela CPI mista para depor no início de setembro, Leréia avisou que não poderia comparecer “em virtude de importantes e inadiáveis compromissos pessoais”.

Atualmente, 504 requerimentos aguardam o exame da CPI, como os pedidos para a convocação de Hélio Costa, ex-ministro das Comunicações; de Antônio Pires Perillo, irmão do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB); e de José de Filippi Júnior (PT-SP), deputado federal e ex-tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República.

Os requerimentos deverão ser votados na quarta-feira.

Projeto obriga hospital a avisar sobre direito a acompanhante no parto



Um projeto de lei que obriga os hospitais a afixar aviso em local visível sobre o direito da gestante de ter acompanhante durante o parto está na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relator, Paulo Davim (PV-RN), defende a aprovação. A decisão da CDH terá caráter terminativo (o projeto não precisará passar pelo Plenário).

A divulgação do direito vai contribuir para a humanização do nascimento, ressaltou o autor do projeto (PLC 21/12), o ex-deputado Carlos Bezerra.

Davim explica que a Lei 11.108/05 já garante, no Sistema Único de Saúde (SUS), o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato. Por falta de informação, diz o senador, o direito nem sempre é respeitado.

Ainda de acordo com o parlamentar, a medida representa um “custo irrisório para os hospitais”.

Projeto de lei em análise na CCJ prevê que cidade seja dividida em distritos e que cada um eleja o próprio representante

Comissão estuda adotar voto distrital em eleição para vereador

NO BRASIL, OS vereadores são eleitos pelo voto proporcional. É o mesmo sistema adotado na escolha dos deputados federais e estaduais. Uma proposta para mudar esse modelo está pronta para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Elaborado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto (PLS 145/11) propõe substituir o voto proporcional pelo voto majoritário distrital nas eleições para as câmaras de vereadores dos municípios que tenham mais de 200 mil eleitores.

O município seria dividido em distritos. O projeto prevê a criação de “tantos distritos quantas vagas existam na câmara municipal”. Cada partido poderá lançar apenas um candidato em cada distrito.

Os distritos serão constituídos sob os princípios da contiguidade e da



Aloysio Nunes, autor do projeto de lei

igualdade do voto, observados os termos de regulamento a ser expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Experiência

Os distritos precisarão ter número parecido de eleitores. A proposta do senador limita a 10% a diferença numérica de eleitores entre um distrito e outro.

A ideia é que esse modelo sirva como experiência para posterior adoção na escolha de deputados federais e estaduais.

“As eleições para vereador constituem uma excelente oportunidade para aplicar esse sistema. Faz-se necessária certa dose de experimentação democrática para que a população brasileira viva a experiência de um sistema eleitoral diverso, para que adiante possa adotá-lo de modo permanente em outros pleitos legislativos”, argumenta, na justificativa do projeto.

O senador explica que, diferentemente dos demais cargos legislativos, o sistema eleitoral usado para o cargo de vereador não está inscrito na Constituição, o que permite que seja alterado por uma lei ordinária, e não por uma proposta de emenda constitucional.



Eleitores formam fila para votar: Senado analisa proposta de Aloysio Nunes que implanta sistema distrital na escolha dos vereadores das grandes cidades

Para relator, escolha por sistema proporcional não é justa

O relator na CCJ do projeto do voto distrital, Pedro Taques (PDT-MT), defende a aprovação da proposta de Aloysio Nunes Ferreira.

“Se há uma eleição na qual a dispersão do voto do eleitor, característica do voto proporcional, não parece ser o modo mais adequado de representação da sociedade, ela é precisamente o pleito municipal. Um vereador pode defender bem os interesses da cidade ao defender a população do bairro em que reside”, afirma.

Ele incluiu uma emenda que encarrega os tribunais regionais eleitorais

(TREs) de estabelecer os limites dos distritos.

Pelo sistema atual, são necessários dois cálculos para determinar os vereadores eleitos. O primeiro é o chamado quociente eleitoral, determinado dividindo-se o número de votos válidos (excluindo-se os brancos e nulos) pelo número de vagas na câmara municipal.

O segundo é o quociente partidário, que resulta da divisão dos votos válidos de cada partido ou coligação pelo quociente eleitoral. O resultado indica o número de vagas que o partido ou coligação obteve. Só então as vagas



Pedro Taques, relator do projeto do voto distrital

são preenchidas pelos candidatos que alcançaram o maior número de votos dentro do partido ou da coligação.

Senadores debaterão ações do governo para a aviação

As ações dos Ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento ligadas à aviação serão analisadas amanhã numa audiência no Senado.

O debate será promovido pela subcomissão temporária da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que discute políticas públicas para a aviação civil.

Para o debate, foram convidados Rodrigo Augusto Barbosa, da

Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, e Georges de Moura Ferreira, consultor e professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A audiência será a 13ª de um ciclo promovido pela subcomissão desde fevereiro. Sob a presidência de Vicentinho Alves (PR-TO), o colegiado já discutiu impactos da expansão do

tráfego aéreo, políticas para a indústria aeronáutica, planos estratégicos para a malha aeroviária, aviação regional e segurança de voo, entre outros temas.

Até o fim do ano, os debates com autoridades, agentes do mercado e especialistas resultarão em sugestões para aperfeiçoar a legislação e a política de aviação, hoje pressionada pelo crescimento da demanda.

Paim defende aplicação imediata das cotas

Senador apoia o governo na decisão de editar decreto para estabelecer que o sistema de cotas em universidades federais seja observado já nas seleções do início de 2013

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de editar, nos próximos dias, decreto que regulamentará o sistema de cotas em universidades e escolas técnicas federais para alunos de escolas públicas, com critérios complementares de renda e étnico-raciais.

Ao dar a notícia a reitores, na terça-feira, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, deixou claro que a lei que criou as cotas (Lei 12.711/12) já deve ser aplicada aos vestibulares para ingresso de novos alunos no primeiro semestre de 2013.

A determinação constará do decreto para desfazer qualquer dúvida sobre o início dos efeitos da lei. Segundo a edição de sexta-feira do jornal *O Globo*, pelo menos 19 universidades já haviam publicado editais de vestibular sem a previsão de cotas. Agora as instituições terão de republicar os editais.

— É a medida correta, que prima pelo respeito à lei de cotas, sem a qual os pobres, negros e índios continuariam enfrentando barreiras para ter acesso às universidades — disse Paim à Agência Senado.

O senador relatou o projeto que originou a lei de cotas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele afirmou que os reitores devem se curvar à lei e às orientações do decreto regulamentador.

— Do contrário, seremos os primeiros a ir ao Ministério Público para denunciá-los por improbidade administrativa — alertou.

Ainda de acordo com *O Globo*, o ministro Mercadante se reuniu com os reitores para dissipar resistências à imediata vigência da lei. Parte dos reitores e até dirigentes do MEC consideravam que as cotas deveriam valer para seleções somente a partir do segundo semestre de 2013.

Para Paim, no entanto, nenhuma dificuldade operacional pode ser usada como justificativa para adiamento da vigência.

— Com empenho, não restará empecilho: tudo vai acabar dando certo, para o bem de negros, índios e brancos — previu.



Metade das vagas em federais, como a UnB (foto), terá de ser reservada a alunos da rede pública

Waldemir Baretto/Agência Senado

Projeto tramitou 13 anos no Congresso antes de virar lei

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/08, que deu origem à lei das cotas em universidades federais, é da deputada Nice Lobão (PSD-MA), e foi aprovado no início de agosto pelo Senado, depois de 13 anos de tramitação no Congresso. A votação final no Plenário foi acompanhada das galerias por estudantes e militantes do movimento negro.

— Não me surpreendo com eventuais resistências, numa repetição do que aconteceu na época da libertação, quando senhores se recusaram a livrar seus escravos — disse Paim.

A lei define que ao menos 50% das vagas sejam ocupadas pelo sistema de cotas, índice a ser atingido em quatro anos. No primeiro, o percentual mínimo será de 12,5%.

Metade das vagas vai para alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. A outra será preenchida por pretos, pardos e índios, na proporção de cada grupo na população do estado, conforme o IBGE. Todos deverão vir de escolas públicas. O sistema valerá inicialmente por dez anos, quando será reavaliado.

Quanto à regulamentação, o ato terá de definir detalhes para que as cotas sejam aplicadas. Um deles diz respeito ao arredondamento das frações correspondentes ao número de cotistas. Outro se refere à nota mínima de corte com base no sistema de avaliação utilizado para ingresso — as universidades estão progressivamente aderindo ao Enem.



Jovens no Lago Paranoá, em Brasília: projeto trata de motos aquáticas

Femix/Mulher

Propostas tornam crime pilotar embarcações sem habilitação

Conduzir veículos aquáticos, como lanchas e barcos, sem habilitação ou sob efeito de álcool poderá ser enquadrado como crime no Código Penal e ter a pena de prisão aumentada. É o que estabelecem dois projetos de lei enviados à Comissão Temporária de Reforma do Código Penal.

Atualmente, a falta de habilitação para conduzir embarcações e a direção perigosa são consideradas

contravenções penais — crime de menor potencial ofensivo.

Tanto o PLS 148/12, da senadora Ana Rita (PT-ES), quanto o PLS 122/12, do senador Vicentinho Alves (PR-TO), enquadram essas condutas no artigo 132 do Código Penal, que trata do crime de “exposição a perigo para a vida ou saúde de outrem”.

A pena atual vai de 3 meses a 1 ano de prisão (se o fato não constitui crime mais grave).

Vicentinho propõe que a

pena seja aumentada de um terço a metade. Ana Rita sugere pena ainda mais dura: de 1 a 2 anos de prisão. Para os senadores, a mudança no Código Penal vai ajudar a evitar acidentes em praias, lagos e rios.

“Esperamos que deixem de ocorrer episódios em que pessoas brincam irresponsavelmente com jet-skis e outras embarcações náuticas a motor, expondo a perigo inclusive a vida de seus próprios

familiares”, afirma Ana Rita.

Vicentinho acrescenta:

“Os acidentes com embarcações, especialmente as motos aquáticas, têm multiplicado no Brasil, geralmente deixando vítimas. Isso exige do Parlamento um aperfeiçoamento legislativo, dada a falta de força intimidativa da legislação em vigor.”

O relator da proposta do Código Penal (PLS 236/12) é o senador Pedro Taques (PDT-MT).